

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projeto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 carateres (incluindo espaços); cada medida – 850 carateres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Colégio Salesiano Oficinas de S. José
Círculo: Lisboa
Sessão: Secundário

### Projeto de Recomendação:

**Exposição de motivos:** (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

As medidas apresentadas visam encontrar soluções para os problemas da natalidade e envelhecimento. A Sessão Escolar do Colégio Salesiano de Lisboa considera que a implementação das medidas propostas pode contribuir para o aumento da natalidade. Considera-se que o decréscimo da taxa de natalidade é um problema de extrema gravidade, carecendo de máxima atenção e preocupação da sociedade portuguesa. Assim, e de modo sucinto, as medidas que propomos são:

1ª Medida: Considerando que o principal obstáculo à natalidade reside nos custos inerentes à educação e sabendo que até à pré-primária a oferta pública de educação (creches) é deficitária e muito reduzida, torna-se urgente despontar um conjunto de medidas que nos permitam colmatar isso. Nesse sentido, propomos uma redução do IRC às empresas que ofereçam um serviço de creche aos seus trabalhadores. Esta medida é já adotada por algumas empresas, como é o caso da TAP. Se existirem incentivos fiscais que permitam a criação de creches nas empresas, estamos convictos de que o número de estruturas desta natureza irá aumentar consideravelmente. Esta medida permite resolver o problema de muitos jovens pais que não têm onde deixar as suas crianças e ainda fomentar uma maior proximidade entre pais e filhos. E isto, porque estando os filhos em creches existentes nos próprios locais de trabalho permitiremos aos pais partilhar mais tempo livre com os seus educandos.

2ª Medida: As famílias numerosas ou mesmo aquelas que só têm um ou dois filhos são confrontadas com aumentos consideráveis de custos ao nível das despesas de água, electricidade e transportes. Acresce a isso a pesada carga fiscal que atualmente se faz sentir sobre as famílias. Com vista a colmatar esta situação, propomos a introdução do número do agregado familiar para o cálculo dos diversos escalões de impostos, taxas ou outras contribuições das famílias para o Estado, aliviando assim a injusta pressão fiscal que estas sofrem. A esta medida acresce o estabelecer de escalões de água e luz em função do número de crianças por agregado familiar. Estes aspetos permitem aumentar o rendimento disponível e traduzem um incentivo à natalidade.

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projeto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 carateres (incluindo espaços); cada medida – 850 carateres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

3ª Medida: Vivendo nós num estado de "Inverno Demográfico", parece-nos injustificável que o Estado continue a comparticipar a 100% a interrupção voluntária da gravidez. Não pomos em causa a legitimidade que uma mulher tem em abortar, mas sim, se o Estado deve ou não comparticipar em 100% a realização da interrupção da IVG, independentemente do número de vezes que é realizada ou dos rendimentos das mulheres. Para evitar a banalização do aborto e a transformação do mesmo em método contraceptivo, achamos que o Estado deve reduzir o apoio que dá ao aborto e, com os fundos poupados, ajudar as mães que realmente querem ter filhos, mas que muitas vezes, quer pela sua condição social ou económica, recorrem à IVG. Nesse sentido, propomos a redução da comparticipação do Estado no apoio dado à IVG em função do número de vezes que é realizado e dos rendimentos de quem o faz. Canalizar as verbas resultantes dessa medida para o apoio a todas as mulheres desfavorecidas economicamente que optem por ter os seus filhos, bem como àquelas que pelos mais diversos motivos muitas vezes acabam por ter de enfrentar a maternidade sozinhas. Esta medida irá permitir apoiar os agregados familiares mais desfavorecidos e fomentar o apoio social à natalidade.

**Medidas propostas:** (redigir com clareza e objetividade, sem alíneas)

1. Redução do IRC às empresas que disponibilizarem serviços de creche aos seus trabalhadores.

2. Obrigatoriedade da introdução do número do agregado familiar para o cálculo de escalões de impostos, tarifas e outras contribuições fiscais.

3. Redução do apoio do Estado ao aborto, tendo em conta os rendimentos e o número de vezes que já foi feito, e a canalização desses fundos para ajudar as mães que realmente desejam ter filhos.